



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS

CURSO DE AGRONOMIA

ALBERTO HUDSON SOUZA COSTA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE AGRICULTORES
FAMILIARES DA COMUNIDADE DE OLHO D'ÁGUA VELHO, MOSSORÓ-RN.**

**MOSSORÓ-RN
2014**

ALBERTO HUDSON SOUZA COSTA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE AGRICULTORES
FAMILIARES DA COMUNIDADE DE OLHO D'ÁGUA VELHO, MOSSORÓ-RN.**

Relatório apresentado a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Engº Agrícola Dr. Roberto Vieira Pordeus – UFERSA.

Mossoró-RN
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Orlando Teixeira (BCOT)
Setor de Informação e Referência

C837a Costa, Alberto Hudson Souza

Assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares da comunidade de Olho D'água Velho, Mossoró - RN./ Alberto Hudson Souza Costa -- Mossoró, 2014.

42f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vieira Pordeus

Monografia (Graduação em Engenharia Agrônômica) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Pró-Reitoria de Graduação.

1. Agricultor familiar. 2. Assistência técnica e extensão rural. 3. Olho D'água Velho- Mossoró/RN. I. Título.

RN/UFERSA/BCOT /279-14

CDD: 630.81

Bibliotecária: Vanessa Christiane Alves de Souza Borba

ALBERTO HUDSON SOUZA COSTA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE AGRICULTORES
FAMILIARES DA COMUNIDADE OLHO D'ÁGUA VELHO, MOSSORÓ-RN.**

Relatório apresentado a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

APROVADA EM: 28/02/2014

Assinatura dos membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Roberto Vieira Pordeus
Presidente

Engenheira Agrícola e Ambiental, Valéria Ingrith Almeida Lima
Membro

Eng° Agr. Dr^a. Ana Valéria Lacerda Freitas
Membro

Aos amigos,

**Rafael, Diego, Auristênio Cléo, Benício
Lucas e José Itamar**, pelo o apoio,
companheirismo e amizade, durante a
graduação.

OFEREÇO

Primeiramente a Jesus Cristo que me protege e me dá esperança de sempre continuar. A minha querida filha Ana Beatriz, que trouxe alegria à minha vida e que me fez enxergar a vida de forma diferente. A minha mãe que sempre acreditou em mim e sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida. A minha esposa e companheira Ana Patrícia, pela união e carinho mútuo que sempre existiu entre nós.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua proteção e capacitação a mim concedida, por me mostrar a felicidade plena e verdadeira, por multiplicar minhas forças quando já estava quase desistindo.

À minha mãe Maria Lourdes por ser minha amiga, e me dar forças. Por acreditar em mim quando eu mesmo nem acreditava e me cobrir com esse amor incondicional.

Aos meus avós Antônio Alves de Souza e Maria de Lourdes de Souza por acreditar em mim e me dar forças para continuar e perseverar nos momentos difíceis.

À EMATER-RN por me dar as condições de estudar, aos meus colegas de trabalho que me ajudaram e torceram por mim, em especial para, Alexandre, Saul, Cleiton Dantas, Ana Valéria, Fagner. Tão compreensivos nestes anos de caminhada.

A Engenheira agrônoma e extensionista Ana Valéria, por aceitar ser minha orientadora e me dar oportunidade de realizar o estágio supervisionado e assim concluir minha graduação.

Aos Gestores Regionais da EMATER, Izaura, Roberval, Fagner e Abraão, por serem flexíveis e compreensíveis, o que permitiu que eu frequentasse as aulas e consequentemente a conclusão do meu curso de graduação.

A todos que ajudaram diretamente ou indiretamente para a realização desse trabalho e consequentemente do meu sonho.

A todos que de alguma forma fizeram ou fazem parte da minha vida.

RESUMO

O estágio supervisionado em extensão rural foi realizado na comunidade rural Olho D'Água Velho, município de Mossoró-RN, através do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER-RN. O objetivo do estágio foi realizar um diagnóstico rural com 23 agricultores familiares beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012, aplicando técnicas de metodologias participativas a fim de identificar os principais problemas/necessidades e potencialidades produtivas, sociais, econômicas e ambientais da comunidade. Para tanto, foram realizadas oficinas, visitas técnicas e aplicação de diagnósticos rurais participativos nas Unidades de Produção Familiar – UPFs, identificando-se, dentre outros aspectos, as principais culturas trabalhadas, área de produção vegetal, espécies animais mais explorados e quantificando-se os rebanhos bovino, caprinovino, suíno e aves caipiras. Através do estágio, obteve-se um panorama da realidade do local, dando subsídio à construção do planejamento para a melhoria da condição socioeconômica das famílias trabalhadas. Pode-se, também, observar a importância do trabalho da assistência técnica especializada para o crescimento produtivo e desenvolvimento social da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultor familiar, Assistência técnica e extensão rural, Olho D'água Velho- Mossoró/RN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01-	Localização da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.....	17
Ilustração 02-	Mobilização inicial das famílias da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.	18
Ilustração 03-	Seleção das famílias beneficiadas, Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.	20
Ilustração 04-	Diagnóstico Rural Participativo da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.	21
Ilustração 05-	Caracterização da Unidade de Produção Familiar, comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.	23
Ilustração 06-	Estado civil dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012	23
Ilustração 07-	Escolaridade dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.....	24
Ilustração 08-	Estrutura das residências dos agricultores familiares, comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.....	25
Ilustração 09-	Solo predominante da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.....	27
Ilustração 10-	Máquinas e equipamentos utilizados pelos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho.....	28
Ilustração 11-	Assoreamento do Rio Angicos e erosão do solo na comunidade Olho D'Água.....	30
Ilustração 12-	Plantio de forrageiras na comunidade Olho d'Água Velho, Mossoró-RN.....	31
Ilustração 13-	Rebanho de animais contabilizados nas UPFs dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.....	32
Ilustração 14-	Rebanho caprino de produtores da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.....	32
Ilustração 15-	Anomalias provocadas pela deficiência mineral da alimentação do rebanho, comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.....	33
Ilustração 16-	Rebanho bovino de produtores da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.....	33
Ilustração 17-	Rebanho bovino e ovinocaprino convertido em unidade animal dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.....	34
Ilustração 18-	Sistema de irrigação na comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.....	35
Ilustração 19-	Distribuição de ração na comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Disponibilidade, qualidade e formas de abastecimento de água potável aos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.....	26
Tabela 2 – Máquinas e equipamentos existentes nas UPFs dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.....	29
Tabela 3 – Participação dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho em programas, projetos e políticas públicas.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Áreas de Preservação Permanentes

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BCS - Banco Comunitário de Sementes

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DRP - Diagnóstico Rural Participativo

EMATER/RN - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

ha – Hectares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDIARN - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte

MCR - Manual de Crédito Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

OGU - Orçamento Geral da União

ONU - Organização das Nações Unidas

P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas

PEMRP - Programa Emergencial de Manutenção do Rebanho Potiguar

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SAPE - Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SRD - Sem Raças Definidas

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

U.A – Unidade Animal

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UPF - Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVO.....	16
3 DESENVOLVIMENTO.....	17
3.1 LOCAL DO ESTÁGIO.....	17
3.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	17
3.2.1 Seleção e caracterização da comunidade.....	18
3.2.2 Mobilização inicial das famílias.....	19
3.2.3 Seleção das famílias.....	20
3.2.4 Diagnostico rural participativo – DRP.....	21
3.2.5 Caracterização da Unidade de Produção Familiar –UPF.....	23
3.2.5.1 Aspectos Socioeconômicos.....	23
3.2.5.2 Aspectos ambientais e estruturais dos imóveis da UPF.....	28
3.2.5.3 Aspectos agropecuários da UPF.....	31
3.2.6 Inserção dos agricultores em programas, projetos e políticas públicas.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER foram iniciados, no Brasil, no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Em meados da década de setenta, o governo do presidente Ernesto Geisel “estatizou” o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural- ATER nos estados, as EMATERs.

Em 1990, o governo do Presidente Collor de Mello extinguiu a EMBRATER, desativando o SIBRATER e abandonando claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de ATER no país. A consequência desse processo de afastamento do estado e a diminuição da oferta de serviços públicos de ATER ao meio rural e à agricultura, aparece hoje evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste do país. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e às políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo.

Como medida de enfrentamento desse desafio, foi criado através de Medida Provisória nº 1.911-12, no dia 25 de novembro de 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que tem por competência a reforma agrária e promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais do país. É neste marco de reconstrução que as atividades de ATER, em suas várias modalidades voltadas para agricultores familiares, passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do MDA, como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Esta nova responsabilidade da SAF/MDA ocorre justamente quando o imperativo socioambiental, as novas exigências da sociedade e os papéis que devem assumir o estado diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável, determinam a necessidade de implantação de uma renovada e duradoura política de ATER.

A ATER, como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, deve ser executada mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como incentivadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de ATER devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais.

No ano de 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizou o Censo Agropecuário Brasileiro, e nele, verificou-se a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, representando aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país. Em termos absolutos, são 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais, revelando uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil

Segundo a Constituição Federal brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais, que por sua vez, no município de Mossoró é de 70 hectares; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

É nesse contexto que o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER-RN em parceria com o MDA, através da Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012, se propõe a intervir no espaço rural com a finalidade de otimizar o uso dos insumos, bem como os recursos naturais: usando uma mudança gradual de produção em direção a rota da sustentabilidade, pautada no enfoque educativo e orientador, facilitando as alterações nas condições existentes, inclusão social e de gênero.

Os agricultores familiares avaliados são, em sua maioria, rurais, com baixa renda per capita e de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e alto índice de pobreza. A questão se agrava na zona rural, pois a maioria das famílias em situação de pobreza tem dificuldade de acesso aos programas sociais, principalmente devido falta de informações. No estado do Rio Grande do Norte estão sendo beneficiados 1.200 agricultores familiares de 13 municípios, sendo a proposta do serviço de ATER para os selecionados a

atuação participativa e continuada nas questões direcionadas a uma combinação de otimização no uso dos recursos naturais e o uso de insumos de base ecológica, com uma abordagem sistêmica das potencialidades e problemáticas de cada Unidade de Produção Familiar - UPF.

O processo metodológico desenvolvido na execução desse Projeto está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER que visa o apoio e o fortalecimento das ações de ATER e tem como foco a universalização do conhecimento no campo.

No município de Mossoró, 80 famílias estão sendo beneficiadas pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Estas foram divididas em quatro comunidades polo, dentre elas o comunidade Olho D'Água Velho, que, por sua vez, possui 23 famílias beneficiadas. Neste contexto, a proposta de ATER para as famílias assistidas visa elaborar ações planejadas, com a coparticipação em atividades coletivas e na construção do Diagnóstico da UPF, que subsidiará a elaboração do projeto de estruturação produtiva familiar, com acompanhamento e orientação técnica. Diante do exposto o trabalho desenvolvido nesta pesquisa tomou por base a comunidade de Olho D'Água Velho, para fazer um diagnóstico das condições socioeconômicas, ambientais e a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas disponíveis no estado do Rio Grande do Norte.

2 OBJETIVOS

Acompanhar e participar das atividades de assistência técnica e extensão rural desenvolvidas pela EMATER-RN, ao grupo de agricultores familiares beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012 da comunidade rural de Olho D'Água Velho, localizado em Mossoró-RN, promovendo um diagnóstico da realidade atual das UPFs e considerando aspectos socioeconômicas, ambiental.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 LOCAL DO ESTÁGIO

O Estágio Supervisionado em Extensão foi realizado na Unidade Local de Apoio ao Produtor Rural de Mossoró da EMATER-RN. A EMATER-RN atua junto aos agricultores de base familiar, assistindo a 167 municípios, o que corresponde a 100% do território do estado do Rio Grande do Norte, executando programas, projetos e políticas públicas, no atendimento a 2.140 comunidades rurais, beneficiando 58.742 famílias de agricultores e agricultoras, em uma área de 133.196 hectares (EMATER-RN, 2014).

Sua missão é "contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, para o desenvolvimento sustentável." Para tanto, conta com uma estrutura de um Escritório Central, localizado na capital do estado, Natal-RN, dez Unidades Regionais, dois Centros de Treinamento e cento e cinquenta e quatro Unidades Locais. Os treze municípios restantes não têm sede própria, no entanto, os agricultores e agricultoras familiares são assistidos por técnicos de municípios vizinhos (EMATER-RN, 2014).

Em 2013, a EMATER-RN completou 58 anos de existência, com relevantes serviços prestados aos agricultores e agricultoras familiares, mulheres rurais, jovens rurais, agentes de desenvolvimento, servidores e parceiros, através de uma assistência técnica continuada e de qualidade, focada na metodologia participativa de extensão rural, fundamentada na construção coletiva orientada pela PNATER e o MDA (EMATER-RN, 2014).

3.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Estágio Supervisionado em Extensão consistiu em acompanhar e participar das ações desenvolvidas pelos extensionistas rurais da Unidade Local de Apoio ao Produtor Rural de Mossoró da EMATER-RN no tocante à execução da Chamada Pública SAF/ATER nº 10/2012, tanto no escritório como na comunidade rural de Olho D'Água Velho. Todas as atividades foram desenvolvidas em consonância com as diretrizes da PNATER (BRASIL, 2004) e utilizando-se metodologias participativas.

3.2.1 Seleção e caracterização da comunidade

O município de Mossoró foi criado pela Lei nº 246 de 15 de março de 1852, desmembrando-se de Assú. Situa-se na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião Mossoró, distando da capital Natal cerca de 277 km. Limita-se com os municípios potiguares de Tibau, Grossos, Areia Branca, Serra do Mel, Assú, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Baraúna e o Estado do Ceará, abrangendo uma área de 2.110 km² (CPRM, 2005), sendo 1.873,1 km² correspondente à zona rural. De acordo com a contagem da população realizada pelo IBGE em 2010, o possui município 259.815 habitantes (IBGE, 2013).

Mossoró possui 137 comunidades rurais, entre Projetos de Assentamentos e comunidades tradicionais. Para desenvolver o trabalho proposto pela Chamada Pública SAF/ATER nº 10/2012 foram organizados quatro grupos de trabalho em comunidades tradicionais, sendo um deles à comunidade de Olho D'Água Velho, local onde foi realizado este Estágio Supervisionado.

A comunidade Olho D'Água Velho localiza-se na Zona Rural de Mossoró, às margens da BR 110, no sentido Mossoró - Upanema, nas coordenadas 05°25'03,5" Sul e 037°17'38,5" Oeste, altitude de 38m, distando 30 km da sede do município (ILUSTRAÇÃO 1). De acordo com EMATER (2012), o comunidade Olho D'Água Velho é considerado comunidade polo, abrangendo três comunidades vizinhas, são elas: Estreito do Jacu, Canto da Farinha e Varzinha, perfazendo um total de 52 famílias. Estas famílias são organizadas socialmente através da Associação dos Moradores da Comunidade de Olho D'Água Velho.



ILUSTRAÇÃO 1 – Localização da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN.
Fonte: Google Earth (2014).

3.2.2 Mobilização Inicial das Famílias

Primeiramente, foi realizada uma visita à liderança da comunidade Olho D'Água Velho com a presença de técnicos da Unidade Local da EMATER-RN de Mossoró. O Sr. Sebastião Elizeu de Oliveira, 56 anos, então Presidente da Associação dos Moradores da comunidade de Olho D'Água Velho, representou papel fundamental no desenvolvimento das atividades, fornecendo informações sobre a comunidade, ajudando na articulação e realização das oficinas e agindo como mediador nos primeiros contatos com as famílias.

Foi realizada uma oficina de mobilização das famílias onde foi apresentada e discutida a proposta de trabalho, enfatizando-se os objetivos, a importância dos mesmos e a metodologia a ser adotada (ILUSTRAÇÃO 2). Além disso, foram abordados os critérios de participação no grupo, sendo esclarecido também, que esta participação estava condicionada à sua aceitação e interesse. De acordo com Ruas et al. (2006), oficinas são reuniões de trabalho que envolve grupos de pessoas que se dispõem a tratar de questões de interesse comum, discutindo problemas e potencialidades, trocando experiências vividas e propondo soluções condizentes com a realidade e encaminhamentos necessários. Segundo os autores, estas oficinas têm o objetivo de aprofundar conceitos básicos e questões que constituem a referência para ações, programas e projetos em desenvolvimento ou que se encontram em fase de planejamento.



ILUSTRAÇÃO 2 – Mobilização inicial das famílias da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Na ocasião, foi possível realizar um levantamento preliminar da realidade a ser trabalhada, identificando-se características específicas do ambiente e das pessoas que o

compõe. O encontro contou com a participação de pessoas de todas as faixas etárias, tanto do sexo feminino, como do masculino. Durante a oficina, a maioria dos presentes manifestou interesse e concordou, verbalmente, em participar da proposta de trabalho. Foram coletados os dados pessoais de cada agricultor interessado para que fosse consultado no site do MDA, o seu enquadramento nos critérios estabelecidos.

3.2.3 Seleção das Famílias

Para seleção das famílias beneficiadas, foram utilizados critérios estabelecidos pela Chamada Pública SAF/ATER n° 10/2012, dentre eles: a renda da família, que não poderia ultrapassar 10 salários mínimos por ano; possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP com renda compatível; possuir interesse e disponibilidade de tempo em participar das atividades individuais e coletivas do projeto; e, preferencialmente, constar na Lista de Referência fornecida pelo MDA.

Assim, de posse dos dados pessoais dos agricultores interessados em participar do grupo, foram realizadas consultas às DAPs e à Lista de Referência para verificar o enquadramento e a posterior seleção da família. Com essas informações organizadas, foi realizada uma segunda oficina onde todos os interessados foram reunidos e entrevistados individualmente para reafirmar o interesse em participar do grupo e assinar o Relatório Físico de Atividade Individual referente à fase de seleção (ILUSTRAÇÃO 3). Nesta oficina, também foi discutida a operacionalização do projeto e foram esclarecidas dúvidas dos beneficiários. Desta maneira, foram selecionadas 23 famílias, correspondendo a aproximadamente 44% das famílias residentes na comunidade.



ILUSTRAÇÃO 3 – Seleção das famílias beneficiadas, Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER n° 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

3.2.4 Diagnóstico Rural Participativo – DRP

Em uma oficina que reuniu todas as famílias beneficiadas, os extensionistas rurais da Unidade Local da EMATER-RN de Mossoró e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mossoró, foi realizado um Diagnóstico Rural Participativo - DRP da comunidade, utilizando-se as técnicas de Mapeamento participativo e Diagnóstico participativo por campo. Observou-se a participação de todos os agricultores presentes durante as 6 horas de duração da atividade, o que facilitou a execução da mesma e possibilitou um levantamento preliminar da realidade da comunidade, auxiliando os extensionistas ao melhor entendimento da dinâmica local e gerando subsídios para trabalhos futuros.

Inicialmente, foi explicado o objetivo da oficina e a importância da participação de cada agricultor durante o processo. Através da técnica de Mapeamento participativo, os agricultores tiveram oportunidade de representar, por meio de desenhos e símbolos, a realidade local em três períodos de tempo: passado, presente e futuro. Para isso, foram divididos em três grupos, um para cada período (ILUSTRAÇÃO 4). Após a confecção dos desenhos, cada grupo apresentou para os demais e relatou as experiências relacionadas, interagindo e gerando uma discussão sobre os principais aspectos apontados. De acordo com Ruas et al. (2006), na técnica de Mapeamento participativo, os agricultores são estimulados a desenhar a realidade local sobre uma visão de passado, presente e futuro, discutindo problemas e potencialidades de cada época.



ILUSTRAÇÃO 4 – Diagnóstico Rural Participativo da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Em um segundo momento, foi utilizada a técnica de Diagnóstico participativo por campo, que permitiu coletar e sistematizar informações sobre a realidade local, identificando-se os principais problemas e potencialidades nas dimensões social, econômica, cultural, ambiental e política. Os principais problemas identificados foram: custo elevado de energia elétrica, o que dificulta a irrigação de culturas; dificuldade na exploração e comercialização da carnaúba, principalmente devido o baixo preço da cera da carnaubeira; escola e creche desativadas devido ao número reduzido de alunos; presença de alcoolismo e drogas entre os jovens; e violência rural.

Em relação às necessidades, foram citadas: construção de passagem molhada sobre os riachos que interceptam as estradas de acesso à comunidade; construção de ponte sobre o Rio Angicos que divide a comunidade, dificultando o acesso entre as famílias; substituição de casas de taipa por casas de alvenaria; iluminação pública da comunidade; ronda policial; telefone público; subsídio para aquisição de medidor de tarifa verde; maior assiduidade dos técnicos da EMATER-RN; assistência veterinária aos pecuaristas; realização de cursos e intercâmbios na área de ovinocaprinocultura; realização de cursos sobre beneficiamento de leite artesanato e de corte e costura.

Quanto às potencialidades, foram apontadas as seguintes: atendimento médico e odontológico na comunidade, embora de forma precária; existência de uma Agente de Saúde na comunidade, estrutura física de escola e centro comunitário, transporte escolar público, organização social dos agricultores através de associação atuante, opções de lazer através de bolão de vaquejada, festa de padroeiro na comunidade Chafariz e festas e confraternizações promovidas pela Igreja Evangélica; eletrificação das propriedades, cisternas de placa construídas pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) na maioria das residências, abastecimento das cisternas através da Operação Carro Pipa da Defesa Civil, poço com dessalinizador em funcionamento, disponibilidade de água no Rio Angicos com potencial de irrigação, posse e acesso à terra para plantio; cultivos de milho, feijão e sorgo em condições de sequeiro, potencial pecuário, principalmente de bovinos, caprinos e ovinos, artesanato com palha de carnaubeira, ATER promovida pelos extensionistas da EMATER-RN; acesso às políticas públicas como Programa Bolsa Família, Garantia Safra, Bolsa Estiagem, Banco Comunitário de Sementes (BCS), Programa Emergencial de Manutenção do Rebanho Potiguar – PEMRP, e realização de campanhas de Controle da Febre Aftosa promovida pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte – IDIARN.

3.2.5 Caracterização da Unidade de Produção Familiar – UPF

A caracterização da UPF através de visita técnica, com a participação de todos os membros da família, num período de 04 horas (ILUSTRAÇÃO 5). Através do Diagnóstico da UPF, pode-se traçar um perfil da realidade local, identificando suas potencialidades e as fragilidades de cada família envolvida, tanto no âmbito socioeconômico e ambiental.



ILUSTRAÇÃO 5 – Caracterização da Unidade de Produção Familiar, comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

3.2.5.1 Aspectos Socioeconômicos

Verificou-se uma ligeira predominância de mulheres responsáveis pela UPFs, correspondendo a 52,2% entre os entrevistados. Dos 23 responsáveis pelas UPFs a idade média é de aproximadamente 50 anos variando de 28 a 87 anos. O número médio de integrantes da família residente na UPF é de 3 pessoas variando de 1 a 5. Foi observado também que das 23 UPFs entrevistadas 61% são casados, 21% são solteiros, 9% são divorciados e 9% são viúvos (ILUSTRAÇÃO 6).

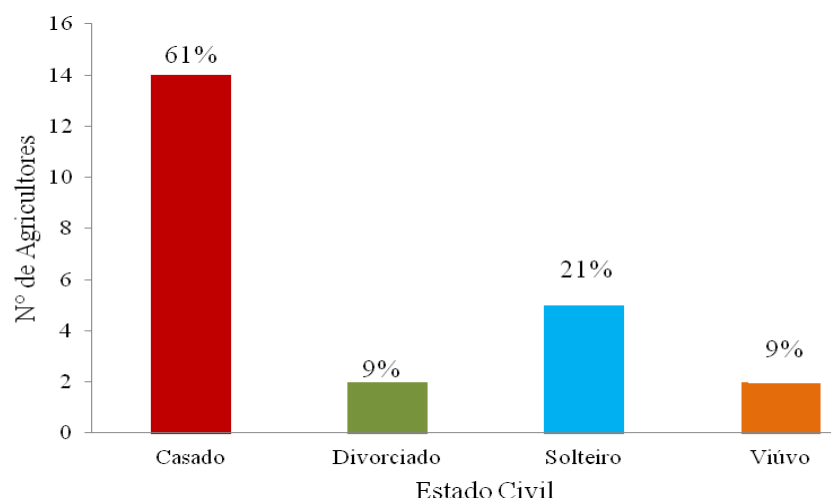


ILUSTRAÇÃO 6 – Estado civil dos agricultores familiares da comunidade Olho D’Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. . Fonte: Acervo do autor.

Quanto à questão educacional, a comunidade rural de Olho D’Água Velho não é diferente da realidade educacional rural do país, observa-se que 82% não concluíram o ensino fundamental, 9% são alfabetizados e 9% analfabetos (ILUSTRAÇÃO 07). Em 2009, análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revelou que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais na zona rural é de 4 anos, contra 8,6 anos no meio urbano. Esse número reforça a existência de um grande contingente de pessoas que estudaram no máximo até o final do fundamental. (REVISTA EDUCAÇÃO, AGOSTO 2011).

A questão educacional está diretamente relacionada à geração de renda e à ampliação das oportunidades de trabalho e ocupação. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, que tomou como base os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2007, produzido pelo IBGE, a cada ano de estudo a mais de um trabalhador, pode-se aumentar em 15% a sua remuneração (PORTAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, FEV 2007).

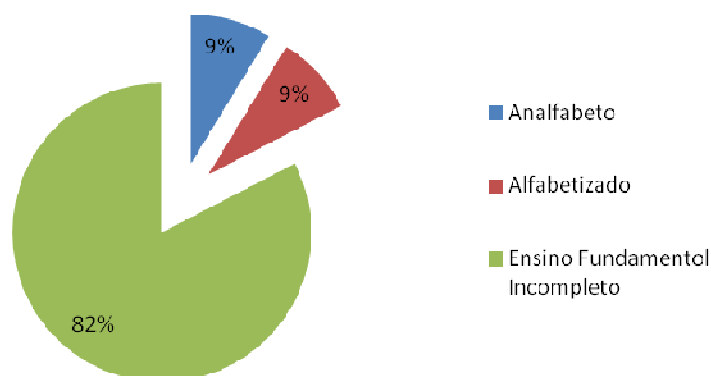


ILUSTRAÇÃO 7 – Escolaridade dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

O Diagnóstico também revelou que apenas 43,5% das residências visitadas são de alvenaria enquanto 56,5% são de taipa (ILUSTRAÇÃO 8). Esses dados revelam a fragilidade em que essas famílias estão expostas e a suscetibilidade à doença provocada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, causador da doença conhecida popularmente como doenças de Chagas. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN realizou uma pesquisa em 15 municípios da região oeste do Rio Grande do Norte, e diagnosticaram que 8,5% pessoas que se submeteram ao exame, estavam infectadas com o protozoário (RETRATO DO OESTE, 2014).



ILUSTRAÇÃO 8 – Estrutura das residências dos agricultores familiares, comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

A qualidade da água usada para o consumo humano na comunidade de Olho D'Água Velho também é preocupante. Os dados levantados revelam que das 23 UPFs visitadas, 69%

não tem água canalizada, 70% não realiza nenhum tipo de tratamento da água usada para consumo humano e apenas 30% dizem filtrar a água consumida (TABELA 1). Segundo o relatório "Água Doente" do Programa de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas - ONU, 3,7% de todas as mortes são atribuídas a doenças relacionadas à água, o que resulta em milhões de mortes. O mesmo relatório revela que mais da metade dos leitos hospitalares do mundo são ocupados por pessoas que sofrem com doenças relacionadas à água (ESTADÃO, 2014).

Embora as famílias entrevistadas afirmem que a água potável disponível seja suficiente, a comunidade recebe o apoio do Governo Federal através do Ministério da Integração Nacional por meio da Secretária Nacional da Defesa Civil, em parceria com o Exército Brasileiro, fornecendo água potável através da ação emergencial para afetados pela seca conhecida com Operação Carro Pipa.

Tabela 01 – Disponibilidade, qualidade e formas de abastecimento de água potável aos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.

Código	Água Canalizada		Água Suficiente para o consumo Humano		Tratamento da Água Utilizada n/ Consumo Humano		Formas de abastecimento			
	Sim	Não	Sim	Não	Não é Tratada	Filtrada	Poco	Cisterna	Carro	Rio
UPF-01		X	X		X			X	X	
UPF-02		X		X	X			X	X	
UPF-03		X		X	X			X	X	
UPF-04		X	X		X			X	X	X
UPF-05		X		X	X			X	X	X
UPF-06		X		X		X		X	X	
UPF-07		X		X	X			X	X	
UPF-08		X	X		X		X	X	X	
UPF-09	X		X		X			X	X	X
UPF-10	X		X		X			X	X	
UPF-11		X		X	X			X	X	
UPF-12		X		X	X			X	X	X
UPF-13		X	X		X		X	X	X	
UPF-14	X		X		X					X
UPF-15	X		X		X			X	X	
UPF-16	X		X			X		X	X	X
UPF-17		X	X			X	X	X	X	
UPF-18		X	X			X	X	X	X	
UPF-19		X	X		X			X	X	
UPF-20	X		X			X				X
UPF-21		X		X		X		X	X	
UPF-22		X	X			X		X	X	
UPF-23	X		X		X			X	X	X
TOTAL	7	16	15	8	16	7	4	21	21	8

3.2.5.2 Aspectos Ambientais e Estruturais dos Imóveis da UPF

Quanto aos aspectos relacionados aos imóveis das UPFs, verificou-se que a média da área por família é de 61,5 ha, com uma variação de área de 3 a 207 ha, sendo que a condição de posse da terra predominante é a parceria, chegando a alcançar 78,3% das UPFs, enquanto que 21,7% das UPFs são próprias.

Todas as propriedades diagnosticadas estão em conformidade com a legislação brasileira. Segundo a definição de propriedade familiar, que consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, propriedade familiar é “o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”. Na definição da área máxima, a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequenas propriedades os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais (TINOCO, 2008)

De maneira geral os solos da comunidade do Olho D'Água Velho são, em sua maioria, solos rasos, com afloramento rochoso, impróprio para o cultivo, mas com potencial para criação de pequenos ruminantes como caprinos e ovinos (ILUSTRAÇÃO 9). No entanto, em todas as propriedades visitadas possuem pequenas áreas de várzeas, às margens do Rio Angicos, com potencial hídrico para exploração de pequenas áreas irrigadas.



ILUSTRAÇÃO 9 – Solo predominante da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Observou-se também que em 82,6% das propriedades rurais das UPFs, não existe áreas de reserva legal, e apenas 17,4% das propriedades pesquisadas os agricultores afirmam

possuir reserva legal, não estão averbadas. Segundo o novo Código Florestal criado pela Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 estabelece através do Art. 12º que: “Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação”. No estado do Rio Grande do Norte a área de reserva legal é de 20% da área total do imóvel.

A situação é ainda mais crítica no tocante às Áreas de Preservação Permanentes – APP, onde 100% das propriedades visitadas na comunidade não tem APPs averbadas e preservadas. No novo Código Florestal na seção II, do regimento de proteção de APP, no Art. 7º diz que: “A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado”.

Através do levantamento do diagnóstico da UPF(TABELA 2), podemos visualizar em relação às máquinas e equipamentos utilizados pelos agricultores, o perfil do nível tecnológico das propriedades rurais, onde a utilização de equipamentos rústicos de tração animal e manual é intensa (ILUSTRAÇÃO 10).



ILUSTRAÇÃO 10 - Máquinas e equipamentos utilizados pelos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Tabela 02 – Máquinas e equipamentos existentes nas UPFs dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.

Código	Capinadeira	Carroça	Pulverizador (Costal)	Plantadeira Manual	Forrageira	Motores Elétricos	Bomba de Água	Irrigação	Total/UPF
UPF-01		X			X				2
UPF-02									0
UPF-03	X	X	X				X		4
UPF-04							X		1
UPF-05							X		1
UPF-06									0
UPF-07	X	X				X			3
UPF-08									0
UPF-09		X	X		X	X	X		5
UPF-10	X	X			X	X	X	X	6
UPF-11		X							1
UPF-12		X	X		X	X	X	X	6
UPF-13									0
UPF-14	X	X	X	X	X	X	X	X	8
UPF-15						X	X		2
UPF-16	X	X	X		X	X	X		6
UPF-17	X		X						2
UPF-18									0
UPF-19	X	X	X		X			X	5
UPF-20		X							1
UPF-21		X							1
UPF-22									0
UPF-23	X	X			X		X		4
TOTAL	8	13	7	1	8	7	10	4	58

3.2.5.3 Aspectos agropecuários das UPFs

A comunidade rural de Olho D'Água Velho é predominantemente formada por agricultores familiares, que na sua maioria cultivam exclusivamente culturas de subsistência, sendo que a área plantada de milho é em média 1,1 ha por UPF, enquanto que a área plantada de feijão é em média de 0,8 há por UPF. Observando a produtividade das áreas visitadas, podemos verificar que a média produtiva de milho e feijão são 742 kg.ha^{-1} e 537 kg.ha^{-1} , respectivamente. Quando comparado com as produtividades esperadas para região, em condições de sequeiro, que são 1000 kg.ha^{-1} para o milho e 600 kg.ha^{-1} para o feijão, verificamos uma redução de 26% para a cultura do milho e 11% para a cultura do feijão.

O cultivo de milho e feijão pelos agricultores familiares do nordeste brasileiro é uma questão cultural e de subsistência, ultrapassando o fator econômico. Esse fato, de certa forma dificulta a inserção de novas culturas mais produtivas e com maior valor econômico, constituindo assim um desafio para o serviço de extensão rural, mudança desse cenário.

O preparo do solo nas áreas de produção limita-se à operação de aração e gradagem subsidiado pelo poder público municipal através do programa Sear, o uso de capinadeiras e até mesmo de forma manual, não sendo observada a utilização de técnicas de conservação do solo como: plantio em curva de nível, construção de renques e barramentos e plantio em cultivo mínimo. Esse fato é ainda mais preocupante devido à topografia da comunidade, onde há predominância de áreas declivosas com a presença de riachos e córregos que, por sua vez, transportam sedimentos das áreas mais altas para as mais baixas, ocasionando erosão do solo e assoreamento do Rio Angicos (ILUSTRAÇÃO 11).



ILUSTRAÇÃO 11 – Assoreamento do Rio Angicos e erosão do solo na comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012.
Fonte: Acervo do autor

Outro dado relevante é que 17,4% dos agricultores entrevistados utilizar algum tipo de fertilizante químico sem nenhuma orientação técnica, com predominância de uréia no cultivo de feijão e plantas forrageiras (ILUSTRAÇÃO 12).



ILUSTRAÇÃO 12 – Plantio de forrageiras na comunidade Olho d'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Apesar da obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, na aplicação de defensivos agrícolas segundo o Decreto nº 4.074 de 04 de janeiro de 2002, regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, 26,1 % das UPFs utilizam defensivo sem o EPI, configurando-se em risco para seus manipuladores e ao meio ambiente.

Em relação à pecuária, verificou-se que, na sua totalidade, os animais criados nas UPFs são animais mestiços, sem raças definidas-SRD, criados de maneira semi-intensiva e extensiva, com baixos índices produtivos. A caprinovinocultura é a atividade predominante entre as famílias visitadas, correspondendo a 79% do rebanho total contabilizado, com uma média de 89 animais por UPF (ILUSTRAÇÃO 13; ILUSTRAÇÃO 14). Essa preferência pela criação de pequenos ruminantes está atribuída aos períodos prolongados de estiagem da região, rusticidade dos animais e facilidade de comercialização desses animais. Segundo os criadores entrevistados, a comercialização de caprinos e ovinos é melhor quando comparado à comercialização de bovinos, isso porque quando se vende uma unidade bovina, os compradores só pagam de 30 a 60 dias após a venda.

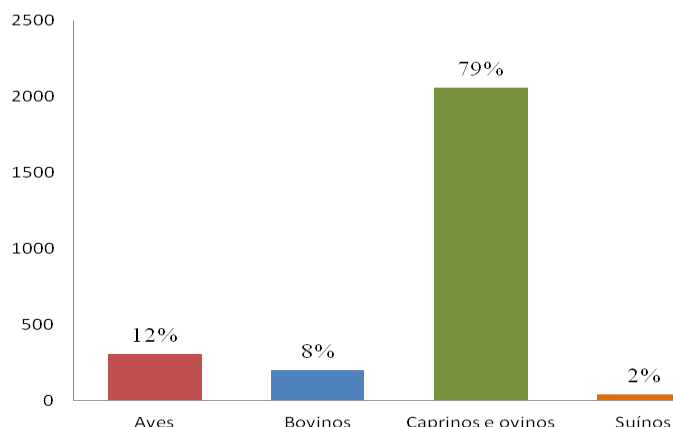


ILUSTRAÇÃO 13 – Rebanho de animais contabilizados nas UPFs dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.



ILUSTRAÇÃO 14 – Rebanho caprino de produtores da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor

Verificou-se que nas UPFs, há um aumento da mortalidade de borregos e cabritos na época seca do ano, além de um elevado número de animais nascidos com anomalias, este fato está relacionado ao alimento de baixa qualidade fornecido ao rebanho (ILUSTRAÇÃO 15). A falta de minerais é sem dúvida uma das prováveis causas desse fenômeno. Um mineral pode ser considerado essencial quando sua ausência na dieta ocasiona redução no desempenho e saúde dos animais. As funções biológicas ocorrem dentro de uma concentração ótima nos tecidos, mantida pelos mecanismos homeostáticos. A consequência inicial da deficiência de um nutriente na dieta, tornar esse balanço mais difícil de ser mantido. Concentrações subótimas provocam lesões bioquímicas, que resultam em prejuízo às funções fisiológicas. (EMBRAPA 2014).



ILUSTRAÇÃO 15 – Anomalias provocadas pela deficiência mineral da alimentação do rebanho, comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Apesar do valor unitário do animal bovino ser considerado maior, entre todas as categorias citadas, percebe-se que ainda é timidamente explorada na região, isso se deve ao fato de que é necessário uma quantidade maior de alimento para manter o rebanho, e existe imperativo da suplementação alimentar, já que o rebanho bovino é muito mais susceptível as condições climática da região (ILUSTRAÇÃO 16).



ILUSTRAÇÃO 16 – Rebanho bovino de produtores da comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Segundo a Instrução Normativa N° 11 de 16 de abril de 2003, que trata dos indices de rendimento mínimo para pecuária, o alimento utilizado para alimentar uma unidade animal bovina adulta, daria para alimentar pouco mais de quatro unidades caprinas ou ovinas adultas, o que justifica a preferência dos criadores a pequenos ruminantes (ILUSTRAÇÃO 17).

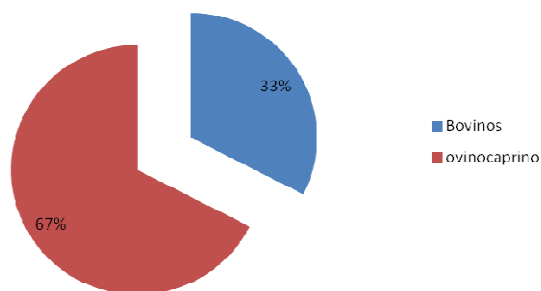


ILUSTRAÇÃO 17 – Rebanho bovino, ovinocaprino em u.a dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor.

Apesar da vocação pecuária identificada na comunidade, a disponibilidade de água proveniente do Rio Angicos, o cultivo de plantas forrageiras para alimentação do rebanho é pouco expressivo, constituindo-se como principais entraves: as altas tarifas de energia elétrica, a falta de assistência técnica, falta de correção do solo, inexistência de adubação e fertilização, sistema de irrigação forma arcaica e ineficiente (ILUSTRAÇÃO 18). Esse fato da baixa disponibilidade de alimento para o rebanho reflete diretamente na composição da renda familiar, uma vez que os índices produtivos de carne e leite são baixíssimos



ILUSTRAÇÃO 18 – Sistema de irrigação nas UPFs dos agricultores comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN, beneficiados pela chamada publica SAF/ATER nº 010/2012. Fonte: Acervo do autor

3.2.6 Inserção dos agricultores em Programas, Projetos e Políticas Públicas

Uma das propostas da Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012 é a realização de atividades individuais e coletivas de orientação para o acesso aos programas, projetos e políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, sobretudo aquelas executadas pela EMATER-RN. Nesse sentido, ao longo do período de estágio, foram realizadas oficinas e visitas técnicas visando orientar e cadastrar os agricultores em programas como: Qualificação do Crédito Rural, Emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, Garantia Safra 2013/2014, Banco Comunitário de Sementes e Programa Emergencial de Manutenção do Rebanho Potiguar - PEMRP.

Foi realizada uma oficina de Qualificação do Crédito Rural onde foi esclarecido todo o processo para emissão de DAPs, os critérios e documentação necessária para acesso, as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e outras políticas públicas disponíveis aos agricultores familiares. Além disso, foi informado o tempo de validade de documento e enfatizada a importância do mesmo para família.

A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar e das suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas aptas a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural – MCR (MCR, 2014), do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2, e a acessar outras políticas públicas. O PRONAF, por sua vez, destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Quando questionados sobre o acesso às linhas de crédito do PRONAF, menos da metade dos agricultores (43,5%) beneficiados pela Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012 afirmaram já terem feito financiamento de suas atividades.

Algumas famílias selecionadas encontravam-se com suas DAPs expiradas ou com inconsistência de dados, principalmente no que se refere ao estado civil, necessitando, portanto, de uma nova DAP. Para tanto, foram realizadas entrevistas com estas famílias, visando obter um levantamento socioeconômico, sendo também recolhida toda documentação necessária para o processo de emissão.

Além disso, na comunidade Olho D'Água Velho, estão sendo beneficiadas 35 famílias com o PNHR, que tem como uma de suas exigências a DAP atualizada, fato que gerou outra demanda de emissão de DAPs. Destas 35 famílias, 16 (45,7%) pertencem ao grupo da Chamada Pública SAF/ATER nº 010/2012. O PNHR é parte integrante do Programa Minha

Casa Minha Vida – PMCMV e objetiva subsidiar a construção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Os recursos para aquisição de material de construção para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural são oriundos do Orçamento Geral da União - OGU e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva, por uma Entidade Organizadora.

No mês de outubro de 2013 foi realizada uma oficina na comunidade Olho D'Água Velho sobre o Programa Garantia Safra 2013/2014. Na ocasião, os extensionistas rurais explicaram em que consiste o programa, suas etapas e os critérios de enquadramento das famílias. Após a oficina, foram realizados os pré-cadastros de todas as famílias presentes.

O Programa Garantia Safra é uma ação do PRONAF voltada para os agricultores familiares localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, majoritariamente Semiárida que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Para participar do Garantia-Safra, é necessário que, anualmente, estados, municípios e agricultores localizados na área de atuação da SUDENE façam adesão ao programa. Nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido, os agricultores que aderirem ao programa receberão a indenização prevista para a safra correspondente.

Foi realizada uma oficina sobre Banco Comunitário de Sementes, onde foi retratada a atual situação do Banco Olho D'Água Velho, sendo enfatizada a importância do programa para os agricultores e do cumprimento de seu estatuto, sobretudo no que se refere à manutenção dos estoques. Após a oficina, foi realizado o recadastramento de todos os sócios visando à atualização dos dados e o cadastramento de outras famílias que ainda não participavam. O Banco Comunitário de Sementes permite que sejam formados e mantidos estoques de sementes suplementares às reservas familiares. Trata-se de um mecanismo por meio do qual a família toma emprestada uma quantidade de sementes e se compromete, segundo regras definidas na própria comunidade, a devolver a mesma quantidade acrescida de uma percentagem no momento da colheita.

O Programa Banco Comunitário de Sementes é uma organização que conta com a participação dos agricultores para garantir o acesso a sementes de boa qualidade, em quantidade suficiente e no período certo de plantio, favorecendo com isso, a autossuficiência no abastecimento de sementes na agricultura familiar (TORRES, et. al 2006). No Rio Grande

do Norte, o programa teve início no ano 2005, sendo desenvolvido pelo Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE e de suas vinculadas EMATER e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN. Esses bancos organizam-se em associações que gerem o armazenamento, a distribuição e a devolução das sementes de milho, feijão e sorgo na própria comunidade.

O PEMRP faz parte de um conjunto de estratégias para a convivência com a estiagem, numa parceria entre o Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional da Defesa Civil, Governo do Estado do Rio Grande do Norte por meio da SAPE, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, e com a execução da EMATER-RN. O programa consiste na distribuição de ração concentrada, mais especificamente, torta de algodão com 37% de proteína bruta a produtores de leite bovino e/ou caprino, com os animais devidamente vacinados contra febre aftosa e declarados junto ao IDIARN. Em Mossoró, foram distribuídos, até o mês de dezembro de 2013, 371.300 kg de ração, beneficiando 338 produtores. Na comunidade Olho D'Água Velho, no período de setembro a dezembro de 2013 foram distribuídos 25.850 kg a 44 criadores, abrangendo 95% do grupo da Chamada Pública de ATER N° 010/2012 (ILUSTRAÇÃO 19).

Tabela 03 detalha o acesso e participação das famílias em alguns programas, projetos e políticas públicas executadas na comunidade Olho D'Água Velho.



ILUSTRAÇÃO 19 – Distribuição de ração na comunidade Olho D'Água Velho, Mossoró-RN. Fonte: ACERVO DO AUTOR.

Tabela 3 – Participação dos agricultores familiares da comunidade Olho D'Água Velho em programas, projetos e políticas públicas.

Código	Aposentadoria Rural ¹	Banco de Sementes	Bolsa Família ¹	PEMRP ⁴	Garantia Safra	PAA ²	PNHR ³
UPF-01		X		X	X		X
UPF-02		X	X	X	X		X
UPF-03	X			X			
UPF-04				X	X		
UPF-05		X		X	X		X
UPF-06		X		X	X		X
UPF-07		X		X	X		X
UPF-08		X	X	X	X		X
UPF-09		X	X	X	X	X	
UPF-10	X			X			
UPF-11	X						
UPF-12		X		X	X		
UPF-13		X		X	X		X
UPF-14		X		X	X		
UPF-15	X	X		X	X		
UPF-16		X		X	X		X
UPF-17		X		X	X		X
UPF-18		X		X	X		X
UPF-19		X	X	X	X		
UPF-20							
UPF-21		X	X	X	X		X
UPF-22		X		X	X		
UPF-23				X	X		
TOTAL	4	17	5	21	19	1	11

¹Políticas públicas não executadas pela EMATER-RN; ² Programa de Aquisição de Alimentos; ³ Programa Nacional de Habitação Rural; Programa Emergencial de manutenção do rebanho potiguar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estágio supervisionado pode-se conhecer o trabalho de extensão rural realizado pela EMATER-RN, através dos extensionistas rurais da Unidade Local de Apoio ao Produtor Rural de Mossoró, bem como a realidade da comunidade rural de Olho D'Água Velho, que se assemelha com a realidade de várias outras comunidades rurais do Brasil. Também permitiu conhecer e vivenciar os programas e projetos disponíveis aos agricultores familiares do estado do Rio Grande do Norte, fornecendo uma visão holística, que servirá de base pra trabalhos futuros. Além disso, se pode ver a importância da assistência técnica especializada nas atividades de extensão, promovendo o desenvolvimento no campo através da educação e difusão de tecnologias às famílias carentes da comunidade do Olho D'Água Velho.

REFERÊNCIAS

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: Diagnóstico do município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte.** Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

ESTADÃO. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,agua-contaminada-mata-mais-do-que-guerras-diz-onu,527749,0.htm>>. Acesso em: 20 fev 2014.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE – EMATER. **Missão.** Disponível em: <http://www.emater.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=567&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Miss%E3o>>. Acesso em: 19 fev 2014.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE – EMATER. **Diagnóstico das comunidades do Pólo Passagem do Rio.** 2012. 53 p.

MANUAL DE CRÉDITO RURAL. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGero pMCR:idvGeropMCR>. Acesso em: 20 de fev 2014.

PORTAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Salário aumenta 15% a cada ano de estudo.** Disponível em: <http://www.educacaofisica.com.br/index.php/component/content/article/130-rh-virtual/3384-salario-aumenta-15-a-cada-ano-de-estudo>>. Acesso em: 20 fev 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

RUAS, E. D.; BRANDÃO, I. M. M.; CARVALHO, M. A. T.; SOARES, M. H. P.; MATIAS, R. F.; GAVA, R. C.; MESONES, W. G. P. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte, 2006. 134p.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica.** 2008..

Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>.

Acesso em: 20 fev 2014.

TORRES, S. B.; LIRA, M. A.; FERNANDES, J. B.; LIMA, J. M. P. de; LEONEL NETO, M.; BURITI, V.; ALVES, A. C. M. **Bancos comunitários de sementes.** Natal: EMPARN, 2006. 19 p.

REVISTA EDUCAÇÃO. Disponível em:

<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>. Acesso em 09 de Mar 2014.

EMBRAPA. Disponível em:

<http://www.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/doc/doc114/02essencialidade.html>. Acesso em 09 de Mar 2014.